



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

121

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0193828-9**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade dos votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 09 de *fevereiro* de 2010.

[Signature]
Presidente

[Signature]
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

122

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0193828-9

COMARCA : Ipojuca – Vara Privativa do Tribunal do Júri
APELANTES : Ednaldo José da Silva e João José da Silva Filho
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

EDNALDO JOSÉ DA SILVA E JOÃO JOSÉ DA SILVA FILHO foram denunciados (fls. 02/03), e, posteriormente, pronunciados (fls. 121/124) pela prática prevista no art. 121, §2º, incisos II e IV¹, c/c art. 29², do Código Penal, acusados de terem assassinado **JOSÉ MARIANO DOS SANTOS ARAÚJO**, com emprego de faca-peixeira pelo primeiro denunciado e de arma de fogo pelo segundo denunciado, fato este ocorrido no dia 08.12.2002, no pátio do Engenho Saco, localizado na Usina Salgado, Ipojuca/PE.

Levados a julgamento pelo Tribunal do Júri, o acusado **Ednaldo José da Silva** foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, e, quanto ao acusado **João José da Silva**, foi condenado à pena de 12 (doze) anos de reclusão, a ser cumprida também em regime inicialmente fechado, sendo concedido a este o direito de apelar em liberdade, nos termos da sentença condenatória de fls. 211/213.

Inconformado com a sentença condenatória, os réus apelaram da decisão do Conselho de Sentença (fls. 217), oferecendo razões recursais às fls. 221/222, alegando, preliminarmente, nulidade absoluta do julgamento,

¹ Homicídio Qualificado

Art. 121

§2º Se o homicídio é cometido:

II - por motivo fútil;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

² Concurso de Pessoas

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

123

sob o argumento de que a decisão foi contrária à prova dos autos, por terem agido em legítima defesa, e, no mérito, sustentam a exacerbação das penas aplicadas, requerendo, por fim, que sejam submetidos a novo julgamento, e, alternativamente, a redução da pena em relação ao réu João José da Silva, por entendê-la exacerbada.

O Ministério Público de 1ª instância ofereceu contrarrazões de apelação (fls. 224/230), rechaçando as alegações ali contidas, sustentado que as provas dos autos demonstram a participação dos acusados no crime, ressaltando as condutas de cada um dos apelantes e a personalidade agressiva do apelante Ednaldo, além de ter o magistrado fixado a sanção penal com justiça e razoabilidade, nos termos do art. 59 e 68 do CP, pugnando pela manutenção da sentença recorrida.

A douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer (fls. 245/248), opinando pelo improvimento do recurso, ao argumento de que os acusados não agiram em legítima defesa, não estando a sentença em contrariedade com as provas dos autos.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 04 de novembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



124

10

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0193828-9

COMARCA : Ipojuca – Vara Privativa do Tribunal do Júri
APELANTES : Ednaldo José da Silva e João José da Silva
Filho
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGAMENTO

A preliminar de nulidade do julgamento suscitada pelos apelantes, ao argumento de que a decisão encontra-se em contradição com as provas dos autos, confunde-se com o mérito, e como tal será apreciada.

Desse modo, não conheço da preliminar por se confundir com o mérito.

VOTO – MÉRITO

A materialidade do crime encontra-se evidenciada nos autos pela Perícia Tanatoscópica (fl. 41).

No que pertine à autoria, vejamos o que disseram os acusados durante o inquérito e instrução criminal:

Em sede de inquérito policial, Ednaldo José da Silva informa às fls. 20/22:

"que há dois anos, por motivo de ciúmes, o elemento conhecido por José, também residente na Bela Vista, se desentendeu com o declarante, isto é, ao se encontrar conversando com a mulher Marla parliu para lhe matar com uma faca peixeira, tendo na ocasião o declarante se defendido com uma foice e de fato deu uns golpes que atingiu o braço de José; que de fato o interrogado ficou gostando de Marta, ex-mulher de José; que o interrogado afirma que na primeira semana do mês de dezembro do ano passado, Marta estava neste município e no domingo, dia oito do mesmo mês, o interrogado

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 125
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

foi para uma dança no engenho Saco, juntamente com seu amigo de nome Cleiton, em uma bicicleta e no caminho encontrou-se com Marta e Amore; seguiu sua viagem e lá no engenho do Saco, na sede da dança estava em uma mesa com alguns colegas e que Marta chegou e ficou de lado, e depois o declarante foi dançar com a mesma e, em dado momento, já nas imediações do barracão o declarante avistou a pessoa de José, o qual fez gestos de quem ia sacar uma arma da cintura, nisso o declarante deixou Marta e correu para se agarrar com o tal elemento; que de fato o declarante estando armado com uma faca peixeira sacou a mesma e foi logo desferindo golpes contra o citado elemento; que quando estavam brigando apareceu o irmão do declarante (Dão), o qual efetuou três disparos de revólver contra a pessoa de José; que o revólver de José foi tomado pelo declarante quando estavam enroscados e já havia furado a citada vítima, a arma foi jogada lá mesmo nas imediações do local onde aconteceu o crime(...)." (destaquei).

Em juízo, o réu Ednaldo confirma sua versão narrada perante a autoridade policial (fls. 50).

Perante o Tribunal do Júri, o referido acusado narra o fato de forma diversa, afirmando às fls. 204/206:

"(...) que estava dançando com Marta quando a vítima chegou de bicicleta e sacou a arma na sua direção; que a vítima parou próxima do interrogando e Marta; que puxou a faca e foi em cima da vítima; que não demorou para puxar a faca pois sabia que iria morrer; que a vítima não chegou a efetuar disparos; que deu duas facadas na vítima; que quando ia descendo do barracão topou com seu irmão 'Dão', segundo denunciado; que disse a 'Dão' que José de Marta estava tentando lhe matar; que não sabe que foi que seu irmão fez; que foi para casa; que não sabe quem efetuou os disparos que atingiram a vítima; que a vítima não aceitava a separação com Marta; que não sabe o que aconteceu com a arma que a vítima puxou; que tinha ido para a seresta com uma faca de oito polegadas; que o caminho para a seresta é muito perigoso e por isso foi armado; que seu irmão nunca informou que tivesse atirado contra a vítima; que o interrogando responde a mais dois processos por tentativa de homicídio; que não sabe de nenhum atentado que José de Marta tenha sido vítima um ano antes do fato; que no dia do fato foi a primeira vez que brigou com a vítima, que foi para a seresta sozinho (...)." (destaquei).

O co-réu João José da Silva Filho, perante a autoridade policial, declara às fls. 23/24: *M*



126

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

"que há dois anos, por motivo de ciúmes, o elemento conhecido por José se desentendeu com o irmão do declarante de nome Ednaldo José da Silva, conhecido por 'Nado', desta feita 'Nado' levou a melhor e conseguiu se livrar do elemento dando um corte de foice no mesmo; que se encontrou com 'Nado' irmão do declarante - com o qual foi para uma festividade no Engenho Saco; que o declarante posteriormente também foi para o mesmo engenho, quando lá chegou, em uma subida antes do pátio do engenho, já estava acontecendo uma briga envolvendo o seu irmão 'Nado' com o elemento José, sendo que seu irmão estava armado com uma faca peixeira e o elemento José, presumidamente estava armado com um revólver; que o declarante sentindo que seu irmão poderia ser morto pelo tal elemento, procurou defender seu irmão e por isso sacou de um revólver que possuía e efetuou três tiros contra a pessoa de José, não sabe quantos tiros pegou no citado elemento, mas tem certeza que o acertou; que o interrogado afirma que efetuou três disparos contra a vítima e o seu irmão estava brigando de faca peixeira, não sabe quantos golpes o seu irmão conseguiu acertar na referida vítima; que tudo isso teve origem do ciúme de José para com Nado por conta da mulher Marta, ex-companheira de José, tendo havido a primeira agressão a golpes de foice quando José saiu ferido no braço e estava defeituoso do mesmo (...)" (destaquei).

Perante a autoridade judicial, o mesmo João José corrobora o seu depoimento em sede de inquérito policial (fls. 51), declarando ter desferido os tiros contra a vítima em defesa de seu irmão Ednaldo.

Entretanto, as declarações do acusado João José perante o Tribunal do Júri comprovam que não agiu em legítima defesa do co-réu Ednaldo, seu irmão, conforme trechos abaixo transcritos (fls. 207/208):

"que é verdadeira a acusação que consta na denúncia; que estava chegando na seresta quando viu seu irmão 'Nado' e José de Marta brigando; que logo em seguida José de Marta conseguiu correr; que quando José de Marta conseguiu correr ele já tinha sido esfaqueado; que não sabe dizer se José de Marta tinha levado uma ou duas facadas, que quando José de Marta correu o interrogando atirou em direção a ele, que efetuou três disparos; que o interrogando atirou porque quis; que não sabe como começou a confusão na seresta; que quando atirou na vítima essa estava a cerca de quinze metros de distância; que utilizou um revólver de calibre 38; que não viu a vítima armada (...)" (destaquei).

A testemunha Inaldo Luiz da Silva, por ocasião de seu depoimento perante a polícia, declarou (fls. 12/13)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

127

" (...) que é do conhecimento do depoente ter sido seu irmão José Mariano, há mais de um ano e meio, vítima de golpes de foice desferidos pelo elemento conhecido por 'Nado'; que essa confusão originou-se em razão de a mulher de nome Marta, companheira de José Mariano, o haver traído com a pessoa de 'Nado'; que na noite do crime, no domingo dia 08.12.2002, o seu irmão viera para Rurópolis de Ipojuca/PE, onde se juntara com a referida mulher e foram para o Engenho Saco, onde estava havendo uma dança e lá o elemento conhecido por 'Nado' também compareceu e houve o assassinato de seu irmão; que o declarante ouviu falar que houve ferimentos de faca peixeira e um ferimento possivelmente produzido por tiro de revólver (...)"

Em juízo, a referida testemunha confirma os fatos narrados perante a polícia, afirmando (fls. 104/105):

" (...) que Ednaldo tinha uma rixa com José Mariano por causa de Marta; que antes do fato da denúncia, Ednaldo tentou matar José Mariano, por causa de Marta; que Ednaldo desferiu um golpe de foice que atingiu o braço de José Mariano; que tomou conhecimento de que no dia do fato a vítima estava dançando com Marta e, ao se dirigir ao sanitário, foi atingida por golpes de faca, desferidos por 'Nado'; que no dia do fato Ednaldo e 'Dão' estavam juntos; que a vítima foi morta com tiros de arma de fogo; que não sabe informar se no dia do fato a vítima estava desarmada, mas acredita que sim, que estava desarmada, que na época do fato Marta se relacionava com Ednaldo; que a vítima e Ednaldo não tiveram luta corporal."

A testemunha Antônio Mendes de Araújo, em sede de inquérito policial, declarou (fls. 14/15):

" (...) que o declarante veio a saber que o mesmo fora assassinado no Engenho Saco deste Município, na noite anterior e que segundo informações tinha sido o elemento conhecido por 'Nado' o autor de tais ferimentos que causaram a morte de seu irmão, que também ouviu comentários que a ex-mulher de seu irmão, conhecida por Marta, estivera no domingo em companhia dele - José Mariano; que 'Nado' há um ano e meio passado havia brigado com José Mariano por causa de Marta e desta feita 'Nado' aplicou alguns ferimentos de foice em José Mariano por motivo de ciúmes (...)"

A aludida testemunha, por ocasião de seu depoimento perante a autoridade judicial, asseverou (fls. 105/106):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

128

" (...) que tomou conhecimento que o crime foi praticado pelos dois denunciados; que o motivo do crime foi problemas envolvendo Marta; que a vítima foi morta com golpes de faca e tiros; que ouviu falar que no dia do fato a vítima estava armada, porém no momento em que foi golpeada estava desarmada (...)."

A testemunha Marta Maria da Silva, pivot do crime em comento, caiu em contradição ao depor em juízo, relatando o fato de maneira totalmente diversa do declarado perante a polícia, merecendo transcrição os trechos divergentes:

Em seu depoimento perante a autoridade policial relata às fls. 25/27:

" (...) que foi para uma festa no Engenho Saco e lá dançou com algumas pessoas, dentre elas a pessoa de Nado e que realmente quando estavam dançando Nado avistou a pessoa de José Mariano que estava vindo em direção a eles, foi quando largou a declarante e correu para se agarrar com José Mariano, ele ficou gritando e houve um corre corre, logo ouviu dois disparos de arma de fogo, ela veio logo a saber que a pessoa de José Mariano estava ferido a golpes de faca peixeira e bala; que ela não chegou a ver quem atirou, mas dizem que foi o irmão de Nado por nome 'Dão' (...)."

Em juízo, a aludida testemunha apresenta outra versão do fato, às fls. 71/72:

" (...) que no dia e hora dos fatos narrados na denúncia, ela depoente encontrava-se na festa dançando com os primos e viu quando a vítima sacou um revólver para atirar no acusado Ednaldo; que na ocasião Ednaldo se encontrava um tanto longe da vítima ao passo que João José nem ali tinha chegado ainda; que Ednaldo ao ver a vítima puxar o revólver contra si, sacou de uma faca - peixeira e golpeou a vítima, não sabendo ela depoente dizer quantas facadas Ednaldo desferiu; que em seguida João José chegou ao local e ao ver a cena disparou tiros de revólver também contra José Mariano (...)."

Tal depoimento não merece credibilidade visto que, tivesse a vítima puxado o revólver, não teria se deixado abater a golpes de faca peixeira pelo acusado Ednaldo.

É equivocada a conclusão a que chegou a defesa ao entender que o Júri Popular, ao excluir o motivo fútil em relação ao acusado João José, teria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

129

admitido ter, o mesmo, cometido o crime amparado pela legítima defesa. Com a devida vênia, essa conclusão é inteiramente desprovida de lógica.

Percebe-se, com clareza, que o réu Ednaldo não agiu em legítima defesa própria, pois não restou demonstrada nos autos injusta agressão atual ou iminente, por parte da vítima, que justificasse pronta reação do acusado, além do que os testemunhos colhidos nos autos não confirmam esta versão do réu, de que a vítima sacou a arma em sua direção.

Mais verossímil se mostra a versão de João José, perante o Tribunal do Júri, onde declarou que atirou porque quis, no momento em que a vítima, já esfaqueada pelo co-réu Ednaldo, conseguiu correr (fls. 207/208).

Desse modo, resulta indubitoso que os acusados agiram em concurso para a prática do delito, tendo o réu Ednaldo golpeado a vítima com faca peixeira e o réu João José participado atingindo-a com tiros de revólver, além de estar demonstrado nos autos que o acusado Ednaldo já tinha se desentendido com a vítima e tentado contra a sua vida, pelo mesmo motivo de ciúmes por causa do relacionamento amoroso que mantinha com Marta, ex-mulher da vítima, desavenças antigas que não podem ser motivo para alegação de legítima defesa própria, nem de terceiro.

Assim, ao acolherem a tese da acusação de que os recorrentes praticaram o delito descrito na denúncia, os jurados decidiram em conformidade com a prova existente nos autos, não havendo motivo para submissão dos acusados a novo julgamento.

Com relação à alegada exacerbação da pena aplicada ao réu João José, igualmente desassiste razão à defesa.

O julgador de primeira instância examinou com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, observando os critérios estabelecidos no art. 59³, do Código Penal, aplicando a reprimenda em seu mínimo legal, de forma proporcional, necessária e suficiente à reprovação do crime.

³ Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

- I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;
- II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;
- III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;
- IV - a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por outra espécie de pena, se cabível.

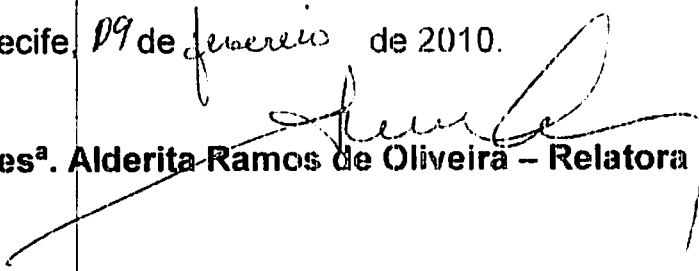


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

130

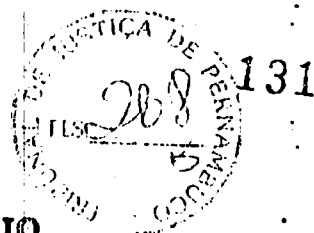
Por todo o exposto, e em consonância com o parecer da douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora Luna, nego provimento ao recurso.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



PROCESSO Nº: 0193828-9
COMARCA: IPOJUCA
VARA: VARA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTES: EDNALDO JOSÉ DA SILVA
JOÃO JOSÉ DA SILVA FILHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **rejeitando** a preliminar e **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 09/02/2000.10

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor